CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO E LUTAS SOCIAIS NO SÉCULO XXI

Lana Carrijo de Felipe Rodrigues[1]

Daniel Luiz Pitz[2]

RESUMO

O objetivo geral deste artigo é discutir a crise da sociedade do trabalho e os seus processos de resistência perante as ações dos movimentos sociais a partir dos anos 1980, ao prognóstico negativo agravado pelo sistema produtor de mercadorias. Para a realização dessa pesquisa utilizamos a técnica bibliográfica e a abordagem qualitativa. É possível concluir que o capitalismo atravessa atualmente uma crise fundamental, na qual os movimentos sociais apesar de representarem a emergência de novas práticas coletivas e a resistência ao desenvolvimento capitalista, ainda encontram pela frente o desafio de reinterpretar as suas condições de existência dentro do sistema produtor de mercadorias e elaborar uma crítica radical às suas formas.

Palavras-chave: Crise; Sociedade do trabalho; Lutas sociais.

ABSTRACT

The general objective of this article is to discuss the crisis of the labor society and its resistance processes during the two social movements since the two years of 1980, a negative prognosis made worse by the system of production of goods. To carry out the research we used a bibliographic technique and a qualitative approach. It is possible to conclude that capitalism is currently experiencing a fundamental crisis, in which social movements, despite representing the emergence of new collective practices and resistance to capitalist development, still face the challenge or challenge of reinterpreting their conditions of existence within the system of. production of goods and elaborate a radical critique of its forms.

Keywords: Crisis; Labor society; Social struggles.

1 INTRODUÇÃO

O percurso pragmático para a sociedade liberada, sem mercadoria e sem dinheiro, é desconhecido. Ninguém pode comprovar a existência de um percurso ideal

[1] Mestranda em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense. Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: lana.carrijo@gmail.com.

[2] Advogado. Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense. Graduado em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina. E-mail: danielpitzz@gmail.com.

para eliminar a miséria e criar um programa de extinção da mercadoria moderna. No entanto, isso não quer dizer que permanecemos em frente de uma utopia irrealizável.

É nítido que a desaceleração do crescimento econômico e os altos níveis de desemprego das últimas décadas apontam que o capitalismo enfrenta hoje com aflição o acirramento de suas contradições internas. O sistema produtor de mercadorias, que em seu processo de expansão manteve a grande maioria dos Estados numa condição periférica e manifestou as mais diferentes formas de absolutismos, a partir de finais do século XX demonstra cada vez mais a sua incapacidade de solucionar, através da economia e da política, questões como a desigualdade social, a injustiça, a violência, o desemprego e a corrupção, que permanecem prevalecendo.

O objetivo geral deste artigo é discutir a crise da sociedade do trabalho e os seus processos de resistência perante as ações dos movimentos sociais a partir dos anos 1980, ao prognóstico negativo agravado pelo sistema produtor de mercadorias.

Abordar-se-á o tema a partir do entendimento da mercadoria enquanto abstração que ganha forma concreta no processo de trabalho, se autonomiza diante de seus produtores e controla as relações sociais, esta se torna a principal categoria capitalista que precisa ser desvendada pelos movimentos sociais para que se possa pensar em reformular a lógica socialmente instituída.

Portanto, diante das ações dos movimentos sociais a partir dos anos 1980, surge o seguinte problema de pesquisa: Qual o papel da defesa do trabalho para a luta anticapitalista e da reivindicação de condições para a reprodução da força de trabalho como uma ação emancipadora?

É extremamente relevante apresentar esse debate e alguns pontos de reflexão sobre o significado do trabalho para a criação de alternativas à distribuição de riqueza e para o enfrentamento da crise contemporânea considerando as suas particularidades. Afinal, é nítida a predominância do desemprego estrutural e a desregulação dos direitos do trabalho, principalmente nos países periféricos, como é o caso do Brasil.

O conteúdo aqui exposto tem o escopo de colaborar com o pensamento crítico nesse campo, especialmente trazendo questões contemporâneas no âmbito das

ciências sociais e humanas, de modo muito particular, sobre a crise da sociedade do trabalho e o sistema produtor de mercadorias.

A metodologia utilizada é a literatura relacionada com a temática, manuseando obras de estudiosos clássicos e contemporâneos dentro e fora das ciências sociais, a exemplo de Kurz (1992) e Menegat (2012), sendo dessa forma a pesquisa bibliográfica e sua técnica qualitativa.

A primeira parte desse artigo apresentaremos alguns aspectos da crise na sociedade do trabalho e suas controvérsias teóricas. Logo após, problematizaremos as ações dos movimentos sociais pós-64 ao reivindicar condições para reprodução da força de trabalho como uma ação emancipadora e lutar por direitos pactuados pelas instâncias do Estado**.**

2 OS PARADIGMAS TEÓRICOS SOBRE A CRISE DO TRABALHO

A crise do trabalho é pensada de diferentes maneiras dentro do campo da sociologia crítica. Ela pode ser analisada a partir da exploração da força de trabalho pelo capital, sendo assim entende-se que a contradição consiste na forma de apropriação da riqueza produzida, que é absorvida de modo desigual entre trabalhadores e capitalistas. Nesse sentido o trabalho é defendido e colocado em oposição ao movimento do capital, devendo ser liberado do imperativo do lucro capitalista (ANTUNES, 2011).

Em outra chave de análise, a crise do trabalho é entendida como esgotamento da própria forma da atividade em si, como crise da socialização da riqueza pelo trabalho. Devido ao desenvolvimento das forças produtivas, a forma trabalho vai perdendo sua substância. O lucro capitalista não necessariamente está condicionado a mais valia previamente produzida para se acumular (LOHOFF, 2014). A partir disso, o trabalho é questionado enquanto forma social do capitalismo, considerando sua incapacidade de distribuir riqueza e mediar as relações.

Em tempos de recessão econômica, as medidas de ajuste fiscal têm sido utilizadas para sustentação do sistema capitalista, seus impactos recaem de maneira mais agressiva sobre a população que vive do trabalho (MÉSZÁROS, 2005).

A taxa de desemprego no país chegou no primeiro trimestre de 2021 a 14,8%, ultrapassando a marca de 14 milhões de desempregados, sendo a falta de emprego um dos principais elementos para se pensar os sentidos do trabalho e se ainda há a possibilidade da vida social se organizar em torno dele (IBGE, 2021). Com o capitalismo consolidado, não há por onde escoar a demanda pelo trabalho assalariado, o que tem provocado crises recorrentes e aproximado o modelo de acumulação de capital atual aos limites da sobrevivência humana (MÉSZÁROS, 2005).

Segundo Kurz (1992, p. 21):

> A controvérsia social e histórica que até agora dominou a modernidade, compreendida pelo marxismo como luta de classes, apoiou-se em um fundamento comum, a sociedade de trabalho, fundamento que deixa agora transparecer sua limitação e, caído em crise, aguarda sua dissolução.

Ao questionar a natureza da crítica do marxismo no que se refere ao trabalho, Kurz (1992) provoca a reflexão sobre o desenvolvimento das forças produtivas a partir da modernidade. E principalmente sobre o estágio atual, em que aniquila a força de trabalho, tornando em grande parte desnecessário o trabalho humano para acumulação de capital. A exploração do trabalho imposta historicamente para a expansão do capitalismo, agora se torna mera força de trabalho em potencial.

De acordo com Menegat (2012, p. 26):

> O capitalismo maduro é também o início da sua crise de expansão. As fronteiras internas, postas pelas renovações tecnológicas e as inovações de produtos, e a externa, posta pela expansão para novos mercados, estão no seu limite máximo. Tal limite indica uma crise estrutural que tende a se combinar com processos cada vez mais intensos de crise estrutural.

Os limites dessa lógica começam a se apresentar na forma de crises econômicas em nível mundial, como justificativa para o desemprego em massa. No entanto a crise é apenas a camada mais superficial do problema. A internacionalização do capital com a abertura dos mercados para exportação, força cada vez mais as economias nacionais a entrarem na concorrência. Com isso, o

mecanismo que impulsiona o aumento da produtividade capitalista, ao mesmo tempo suprime a substância fundamental da valorização do valor, o trabalho (KURZ, 1992).

A superação destas crises sempre foi possível a partir das inovações tecnológicas que estimulavam novos processos de produção capazes de solucionar temporariamente o problema do desemprego estrutural. No entanto, diante de seu caráter devastador, tais estratégias estão se aproximando do esgotamento por atingir seus limites ecológicos, sociais e econômicos (KURZ, 1992).

O marxismo tradicional por sua vez continua lutando contra a reestruturação produtiva desencadeada pela modernização, mas sem criticar fundamentalmente as formas sociais do projeto civilizatório do capital. Apesar das formas de organização política que emergiram nos anos 70, as análises que se constroem sobre a estrutura dos modos de produção modernos ainda estão longe de enfrentar as bases do sistema produtor de mercadorias (CASTAÑEDA, 1994).

A forma mercadoria provoca a reificação das relações sociais, apontando Kurz (1992) que sob a racionalidade moderna, a vida social passa a depender da circulação de mercadorias a qual submete os sujeitos a um tipo de dominação subjetiva. Se nas sociedades pré-capitalistas a escassez de recursos limitava as possibilidades da produção, a partir do desenvolvimento da ciência os sujeitos tornaram-se reféns do seu próprio sistema produtor de mercadorias.

> No sistema produtor de mercadorias da modernidade, ao contrário, a lógica da necessidade foi invertida: à medida que as forças produtivas, mediante a industrialização e penetração das ciências, rompem a coação e a prisão da "primeira natureza", passam a ser presas numa coação social secundária, inconscientemente produzida (KURZ, 1992, p. 25).

Sendo assim, a sociedade ultrapassa suas necessidades básicas de sobrevivência possibilitando a descoberta de novas matérias, no entanto atinge um nível de produtividade que excede suas necessidades essencialmente humanas. As mercadorias são percebidas pelos trabalhadores como algo alheio a eles, pois a partir do momento que o trabalhador vende sua força de trabalho passa a ser ele próprio mercadoria, consequentemente também fazendo parte do automovimento do dinheiro (KURZ, 1992).

Entretanto, o dinheiro também é uma mercadoria, mas uma mercadoria universal, que pode ser trocada por qualquer outra. Essa peculiaridade do dinheiro torna todo tipo de trabalho um agir abstrato, pois reduz toda atividade em tempo de produção, independente da finalidade da ação. O caráter socialmente necessário do produto nessa sociedade deixa de ser questionado (KURZ, 1992).

Nessa perspectiva, a mercadoria oculta o mecanismo de funcionamento do capital e seu processo de formação do valor. A produção de mercadorias não possui seu fundamento na satisfação das necessidades humanas, pelo contrário, pertence à lógica do dinheiro. Reduz toda e qualquer atividade em tempo de trabalho socialmente necessário para produção, excluindo completamente a função social dos produtos e sua importância na vida coletiva (KURZ, 1992).

> A atividade viva dos homens é absorvida, por assim dizer, por seus próprios produtos, que por esse mecanismo absurdo são promovidas a quase-sujeitos da sociedade, enquanto os homens, seus criadores, são degradados a meros acessórios. No automovimento do dinheiro termina essa inversão (KURZ, 1992, p. 241).

Portanto, não entendemos os problemas da vida social se não entendermos o que significa o trabalho nesta sociedade. Consequentemente, não compreendemos as razões das contradições do sistema capitalista se não compreendermos a deficiência das análises de conjuntura que se limitam a questionar as formas de socialização da riqueza produzida. Enquanto o problema está, além da distribuição, na incapacidade desse sistema de suprir as necessidades criadas por ele mesmo. As inovações nas forças produtivas não viabilizam mais que o capital se reinvente e avance novamente intensificando a exploração da força de trabalho (KURZ, 1992).

A sociedade do trabalho é uma forma social imposta pela lógica do dinheiro, da qual os sujeitos não conseguem libertar-se apesar desta não corresponder mais ao nível de desenvolvimento tecnológico atual. A Terceira Revolução Industrial agravou o processo de eliminação negativa do trabalho, porque ainda que do ponto de vista da reprodução material ele seja cada vez mais reduzido ao mínimo, como reprodução social ele permanece central. Mas somente para um tipo de socialização negativa, correspondente à constituição fetichista do capital, em que o agir humano é pré-

determinado pela lógica da mercadoria. Nesta, os sujeitos reproduzem o processo de formação de valor, ou seja, a produção de mercadorias como seu único fim (KURZ, 1992).

Nesse sentido, o trabalho aparece aqui como elemento central de sustentação do capitalismo, mas não em seu sentido ontológico, e sim como forma essencialmente capitalista, imanente do processo de valorização. Não sendo considerado, a partir da tradição crítica, como parte fundante do ser social através de sua interação com a natureza (POSTONE, 1993).

Nesta, a crítica não se encontra apenas na exploração da mais valia, além disso, está na inviabilidade de superar as desigualdades sociais do capitalismo sem uma crítica radical à categoria trabalho, já que ela se impõe, mas não está acessível a todos. Sendo responsável por reproduzir um sistema produtor de mercadorias que não é capaz de englobar toda a força de trabalho disponível (KURZ, 1992).

Os movimentos sociais, historicamente se insurgiram contra o imperialismo por ficarem à margem dos processos de expansão do mercado mundial. Todavia, reivindicaram a regulamentação do trabalho assalariado e condições dignas para que pudessem desempenhá-lo, deixando de lado os questionamentos sobre sua função social. Como resultado, a sociedade do trabalho, por meio do desenvolvimento científico, se consolidou ao invés de erodir-se. “O movimento operário marxista nunca compreendeu que ele mesmo libertou os trabalhadores assalariados não da concorrência, mas sim para ela” (KURZ, 1992, p. 82).

A esquerda ao longo dos anos foi relegada a um papel secundário na dinâmica da sociedade. A fragmentação da classe trabalhadora devido às novas divisões do trabalho, a elasticidade dos setores criados pelas novas tecnologias introduzidas pela microeletrônica, onde predominam a polivalência e alienação do trabalho, desarticulou as antigas formas de organização coletiva. Sendo um grande exemplo as greves dos metalúrgicos do ABC Paulista (MENEGAT, 2012).

Com a contribuição da mídia e industrialização da cultura, perde-se a capacidade de movimentar grandes quantidades de trabalhadores em prol de uma causa em comum. Ganha espaço a cultura da individualidade e competitividade,

aonde o desemprego estrutural é moralizado e as massas sobrantes que vivem na pobreza são criminalizadas (MENEGAT, 2012).

Dessa forma, a luta de classes se torna funcional ao contexto de aprofundamento das contradições do sistema produtor de mercadorias. A sociedade civil, incapaz de analisar criticamente o seu percurso histórico, por uma série de fatores, se afasta da vida política e incorpora uma posição passiva, em alguns momentos violenta, frente aos acontecimentos sociais que instigam a sua representação. Ficando esvaziada em seu caráter de luta contra o capitalismo (MENEGAT, 2012).

A realidade é que nesta sociedade nem todos tem a oportunidade de vender sua força de trabalho. A extrema eficácia na produção de mercadorias não possui a mesma eficácia para absorção dos trabalhadores e, assim sendo, para o escoamento das mercadorias. “Longe de demarcar uma contradição entre capital e trabalho, esta funcionalidade nos demonstra que o trabalho em si é uma mercadoria que nem todos podem vender na atual configuração do capitalismo” (MENEGAT, 2012, p. 35).

3. O ESPÍRITO REFORMISTA DA ESQUERDA

A convergência entre a miséria que grande parte da população é submetida e a herança cultural brasileira marcada pela expropriação de terras e exploração sob as formas mais bárbaras de violência, não encontra outra forma de expressar seus traumas sem reações agressivas, desprovidas de sentido crítico e coerente que permitam elaborar os acontecimentos (COUTINHO, 2011).

Os movimentos sociais que entram em cena a partir da década de 80 apesar de tentarem construir seus programas políticos tendo como experiência as derrotas sofridas pelos partidos comunistas no período anterior a ditadura, também não foram capazes de realizar mudanças estruturais na sociedade. Com o processo de globalização do capitalismo, estes movimentos se desarticulam em função das pressões provocadas pela reestruturação produtiva. Desse modo, o direcionamento político dos movimentos tende a travar suas lutas dentro dos limites do capital (MENEGAT, 2012).

As organizações coletivas (partidos, movimentos sociais, frentes populares, etc.) manifestam suas insatisfações cobrando do Estado iniciativas que protejam o trabalho assalariado e reduzam o desemprego. Na contracorrente dessas reivindicações encontra-se um Estado que já não é capaz de controlar os avanços do capital e suas consequências destrutivas. “Não apenas pela falta de vontade política, mas, principalmente, pela completa ausência de força e formas organizativas que possam confrontar estas corporações e seus poderes supranacionais” (MENEGAT, 2012, p. 29).

Portanto o papel regulador do Estado perde sua função na medida em que se encontra pressionado pelo capital financeiro a facilitar a livre concorrência no mercado, a circulação de mercadorias e a flexibilizar o mundo do trabalho. Sendo assim, esta abordagem questiona a necessidade de um Estado controlador e se a apropriação das funções do Estado pelas classes populares mudaria o rumo da história (HOLLOWAY, 2013).

Nesse contexto de reestruturação e crise econômica, partidos que tinham influências da esquerda, como o PT, sofrem mudanças em seus programas políticos. Perdendo suas características combativas e adotando um posicionamento reformista. Seu caráter transformador, pluralista, de luta sindical e organização de massas começa a ser substituído por concessões para obter legitimidade eleitoral. Tudo isso corrobora para desarticular a formação de sujeitos coletivos e uma esquerda resistente (MENEGAT, 2012).

> Se não existirem novas formas de organização social que possam dar um outro encaminhamento para a saída da crise, esta tende a se produzir como o declínio de toda a sociedade, até um ponto em que a própria saída será impossível (MENEGAT, 2012, p. 49).

As reivindicações passam a exercer força instituinte de um estilo burguês como modelo de vida. Reafirmando o âmbito econômico e as funções do Estado como condição para existência da sociedade. Mas assim como os processos de trabalho se modernizaram, as características do capitalismo também mudaram. O sistema que cria miséria e desigualdades, agora também gera crises estruturais que ameaçam desmoronar seu próprio progresso (SADER, 1988).

Ao mesmo tempo em que os problemas sociais são esvaziados de seu fundamento político, o Estado responde a qualquer oposição com ação policial. Sua função passa a ser conter possíveis revoltas, colaborar com o desenvolvimento do capital financeiro e administrar os resultados caóticos dessa conjuntura de crise estrutural (HIRSCH, 2010).

Aqueles que estão em situação de maior vulnerabilidade social e que historicamente são discriminados por sua origem, cor, religião, classe social, etc., são os que frequentemente são tratados pelo Estado como caso de polícia, da mesma forma, são estes grupos que sobram fora do mercado de trabalho. “Tudo o que confronta o livre curso da acumulação de capital nos tempos de sua crise estrutural é visto como um crime contra a sociedade” (MENEGAT, 2012, p. 50).

Menegat (2012) destaca a necessidade de a esquerda reformular suas ações, tendo em vista, além da luta pelo reconhecimento de direitos sociais e individuais, possibilidades de formas de sociabilidade que valorizem a vida coletiva como força contrária ao individualismo enaltecido pelo capitalismo. E aponta que o caminho para essa mudança está na politização dos debates dentro dos movimentos sociais.

O enfrentamento ao Estado deve estar acompanhado também de experiências de autogestão, inclusive aproveitando o contexto de crise de suas estruturas, para demonstrar a capacidade de organização coletiva da sociedade civil sem o controle estatal. Estas experiências já existem em funcionamento, mas somente em alguns movimentos como o MST (MENEGAT, 2012).

O desafio encontra-se em fazer expandir essas práticas em uma sociedade onde as relações são regidas por mercadorias e que estimula o crescimento da concorrência. Os trabalhadores, dominados pela lógica da sociedade do consumo, ainda que convivam numa realidade que lhes mostra todos os dias o quanto esse sistema não permite que todos usufruam dele da mesma maneira, passam uma vida inteira tentando alcançar um projeto de vida alheio e inviável, no qual pertencem somente como força de trabalho disponível e consumidores em potencial (LOWY, 2012).

O processo de modernização e reestruturação produtiva restringiu ao âmbito do Estado as discussões e decisões sobre a vida pública. Enquanto isso a esquerda

se engajava na busca pelo reconhecimento de seus partidos, visando eleger algum de seus representantes para o governo, como se fosse a única alternativa de modificar a ordem social vigente. O espaço da crítica ao capitalismo e sua globalização foi reduzido à luta por emprego e condições básicas de sobrevivência nesta sociedade, que leva ao enriquecimento de alguns em detrimento do empobrecimento dos demais (GORENDER, 1987).

Sendo assim, para Menegat (2012) a esquerda precisa reinterpretar as experiências anteriores e tratar com mais atenção os aspectos de sua funcionalidade ao desenvolvimento do sistema produtor de mercadorias. Criticar o capitalismo também significa promover a desconstrução de valores baseados em moldes burgueses, criando suas próprias formas de socialização.

No reverso desta perspectiva apresenta-se como horizonte a barbárie generalizada. Ainda que programas assistencialistas como os lançados pelo governo Lula cumpram o papel de administrar a pobreza como possibilidade de contenção da barbárie, em tempos de modernização a conjuntura estimula o seu agravamento. O desemprego estrutural somado às frustrações impostas pela vida capitalista a um povo que tem sua história enraizada na violência, só pode resultar em reações agressivas como única forma de resistência (MENEGAT, 2012).

Não se pode negar a importância da conquista para a esquerda de colocar no governo um representante proveniente da classe trabalhadora, como no caso do Lula, no entanto essa mudança não foi suficiente para alavancar transformações estruturais, estabelecendo Menegat (2012, p. 58) que:

> A sua vitória não foi o resultado de um vigoroso acúmulo de forças no interior da sociedade, em que a realização de um programa de transformações radicais pudesse ser posto em andamento. Neste sentido, tais governos – e o do PT é farto em exemplos – ficam forçados a gerir a crise, ou a perecer em suas pretensões de continuidade de existência como máquinas de influência política.

Nessa abordagem, não é mais possível resolver a crise com as mesmas estratégias do passado, com um impulso de desenvolvimento das forças produtivas e abertura de novos mercados, tendo em vista os sinais de esgotamento dessa forma de acumulação de capital na esfera econômica, social e ecológica. Não há

possibilidade de melhores condições de vida nessa sociedade da maneira como está organizada (BIHR, 1998).

A possibilidade de se pensar um futuro diferente exige a formação de críticas e conflitos que esbarram em dificuldades que acompanham os movimentos socialistas desde sempre, a falta de um projeto próprio de sociedade. Sua capacidade de mobilização coletiva se enfraquece, em parte, por não desenvolver outras formas de sociabilidade que exponham aos sujeitos o quanto a vida mercantilizada é desprovida de sentido e causadora de sofrimentos desnecessários (KONDER, 2003).

Enfrentar os avanços do capital também significa repensar em que medida reproduzimos os seus fundamentos. “O socialismo, portanto, não pode ser entendido como o modo de vida burguês mais bem distribuído, ou seja, para todos, como sonhou o velho desenvolvimentismo que, aliás, outra coisa não é do que o novo petismo” (MENEGAT, 2012, p. 61).

Diante desse contexto, se impõe a necessidade de argumentos teóricos que expliquem as crises que se apresentam no cenário econômico, em que as causas não sejam associadas à falta de desenvolvimento nacional. Afinal, o próprio resultado do desenvolvimento tem levado ao cenário de catástrofe social, econômica e ecológica vivenciada na contemporaneidade. Tornam-se cada vez mais urgentes práticas coletivas que reorientem as prioridades da vida social.

4 CONCLUSÃO

A partir do presente estudo é possível compreender que pensar o trabalho é fundamental para compreender a natureza da crise do capital. Afinal, os problemas relacionados à sociedade do trabalho não se encerram nas relações de exploração da força de trabalho e precarização dos vínculos empregatícios. A perspectiva discutida brevemente neste artigo propõe a reflexão sobre a prática do trabalho em si, como atividade que vem sendo eliminada pela própria contradição do modo de produção capitalista.

A origem mercantil do desenvolvimento social brasileiro determinou a forma como se constituíram as suas relações de trabalho e o modo de organização coletiva

decorrente dessas experiências. Entretanto, para além de seu caráter periférico em relação às economias desenvolvidas, o país está submetido à expansão do comércio mundial e às contradições do auto movimento do dinheiro, que é uma mercadoria universal. Nesse sentido, entendemos que o processo de transformação de todas as atividades no equivalente geral dinheiro é o mecanismo que fetichiza as relações sociais e deve ser problematizado. Principalmente no contexto atual de desemprego estrutural e aprofundamento das desigualdades sociais.

Ressaltamos como foi visivelmente problemática a compreensão dos movimentos sociais após o período da ditadura militar nesse aspecto. Ao reivindicar condições para reprodução da classe trabalhadora, acreditando na emancipação humana pelo trabalho e lutando por direitos regulamentados pelo Estado, deixou de lado a crítica à burocracia estatal e sua natureza capitalista. As ações mais radicais no sentido da ruptura com as formas de existência do individualismo abstrato impostas com violência por essa estrutura social perderam força a partir da redemocratização.

O colapso da modernização capitalista expressa uma situação social que não pode ser revertida sem que o trabalho como mediação social não seja questionado pelos movimentos sociais, considerando que este não pode mais articular as relações sociais fetichistas construídas pelo capital.

Dessa forma, o surgimento destes movimentos apesar de representarem a emergência de novas práticas coletivas e resistência ao desenvolvimento capitalista, ainda encontram pela frente o desafio de reinterpretar as suas condições de existência dentro do sistema produtor de mercadorias e elaborar uma crítica radical às suas formas.

O desemprego estrutural, as crises econômicas e ecológicas representam os sintomas de uma sociedade que desmorona e se mantém, enquanto os sujeitos se reproduzem numa abstração que se exterioriza na forma da mercadoria e os domina concretamente e subjetivamente.

Associadamente a essas transformações no mundo do trabalho, marchamos visivelmente para a redução global da quantidade de trabalho disponível, para a sua precarização e flexibilização, caracterizando, dessa forma, a crise que atinge

diretamente os pilares da sociedade do trabalho: o trabalhador, o trabalho, o mercado de trabalho e a própria ética do trabalho.

Para entender a substância do sistema produtor de mercadorias foi preciso retomar as interpretações sobre o trabalho abstrato na perspectiva marxista, levando em consideração as experiências do passado e as circunstâncias atuais do capitalismo. Esse esclarecimento é fundamental para pensarmos de que maneira podemos seguir na contracorrente dessa lógica e se é possível elaborar a desconstrução dessa abstração real.

Contudo, a cada dia essa reflexão se torna mais urgente, percebendo o quão absurdo é a forma como produzimos a nossa subsistência e reproduzimos as relações sociais dentro desse sistema. Afinal, tentar compreender como chegamos a um estado social em que a sociedade não tem consciência de si mesma abre um caminho produtivo para questionarmos com propriedade que mundo mantemos e qual queremos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

CASTAÑEDA, Jorge Gutman. **Utopia desarmada**: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. 4º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2º ed. São Paulo: Ática, 1987.

HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOLLOWAY, John. **Fissurar o capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

IBGE. **Desemprego**. Disponível em: https://ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acesso em: 28 jul. 2021.

KONDER, Leandro. **História das ideias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

KURZ, Robert. **O Colapso da modernização**: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LOHOFF, Ernst. Kapitalakkumulation ohne wertakkumulation. **Krisis**. 2014. Disponível em: https://www.krisis.org/2014/kapitalakkumulation-ohne-wertakkumulation/. Acesso em: 10 jun. 2020.

LOWY, Michael. **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 3º ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2012.

MENEGAT, Marildo. **Estudos sobre ruínas**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo Editorial, 1993.

SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena**: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.